

## POVO FALA

## PROJETO DE LEI

VOCÊ CONCORDA COM A REGULARIZAÇÃO DA INVASÃO DA ESTRUTURAL, APROVADA ONTEM PELA CÂMARA LEGISLATIVA?

## MARIA DO SOCORRO NERI DE SOUZA

Estudante, 20 anos



“Acho que tem de retirar aquele pessoal da Estrutural e colocá-los em outra área. Aquela região está dentro de área de proteção ambiental, não pode ter uma cidade ali dentro. Não precisa deixar as pessoas desassistidas, basta arrumar um lote em outro local. O governo só não resolve se não quiser”.

## HERIVELTO PEREIRA DE ANDRADE

Professor, 45 anos



“Uma cidade como Brasília não merece um governo como esse. A mando do governo, o povo invade para depois ganhar a regularização, em troca de favores eleitorais. É um projeto eleitoral. Sua aprovação só evidencia a distorção que é a existência de um Legislativo no DF”.

## LUZIA DA SILVA VIEIRA

Auxiliar de cozinha, 36 anos



“As pessoas que já estão lá devem ficar e ter o direito à posse da terra. Eles lutaram muito para conseguir aquele espaço. O governo, agora, tem de se esforçar para dar condições para o povo morar bem — mais segurança e uma boa infra-estrutura”.

## SINÓLIA BRITO

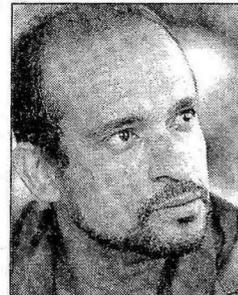
Balconista, 26 anos



“Aquele população deve ficar lá mesmo. Posso apostar que ninguém está instalado naquela região porque quer, quem está lá é porque precisa. Não dá para acreditar nessas propostas de retirar o povo e instalar em outro local. Se tem essa proposta de regularizar, o povo tem de se agarrar a ela”.

## HILTON MOURA

Agente de viagens, 41 anos



“Se retirarem aquele povo dali para colocar empresa, como está previsto inicialmente, o que vai acontecer? Eles vão degradar muito mais o meio ambiente. Uma indústria polui mais que uma casa. Isso sem falar que a população de lá já tem uma história. Eles merecem ter a terra regularizada”.

## APROVAÇÃO DA ESTRUTURAL

Organizações não-governamentais e Ministério Público condenam a aprovação do projeto e ameaçam entrar com ações judiciais contra a lei

# Ecologistas criticam

Carolina Nogueira

Da equipe do Correio

O Conselho Técnico de Preservação de Brasília, órgão consultivo do Governo do Distrito Federal (GDF), vai recomendar ao governador Joaquim Roriz o veto ao projeto que regulariza a invasão da Estrutural. “É inacreditável que esse assunto tenha sido tratado antes da realização de um estudo ambiental amplo naquela área”, indignou-se o conselheiro Carlos Pontes.

Os ambientalistas também consideram ilegal a regularização

da invasão sem o estudo prévio de impacto ambiental exigido pela Constituição Federal. Eles argumentam ainda que uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) protege um raio de 10 km em volta de unidades de conservação.

É o caso da Estrutural, que fica ao lado do Parque Nacional de Brasília. De acordo com a resolução, a direção do parque tem que ser consultada antes da aprovação de qualquer medida que cause impacto ambiental na área.

“Isso que foi aprovado é uma

lei de papel. A Estrutural continua sendo irregular na medida em que fica em um lugar irregular”, reagiu o procurador de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Federal, Alexandre Camanho. Ele criticou a falta de embasamento técnico do projeto aprovado. “Essa emenda que fixou uma área-tampão de 300 metros entre a invasão e o Parque Nacional não diz nada. O que são 300 metros para uma unidade de conservação de mais de 30 mil hectares?”, disse.

O Ministério Público e orga-

nizações não governamentais estudam entrar com ações na Justiça Federal contra a regularização. “Esses deputados votaram pensando apenas no voto. Essa aprovação apenas reforça a necessidade de o governo federal criar mecanismos de controle ambiental para o DF”, disse João Arnolfo Carvalho, conselheiro do Fórum de ONGs Ambientalistas.

Ele se referia ao projeto, em estudo na Presidência da República, que cria uma grande Área de Proteção Ambiental (APA) no Distrito Federal.